

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 5 – Número 0305 – 29/05 à 02/06/2023

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[País gerou 180.005 postos de trabalho em abril](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 31/05/2023

dados do Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Novo Caged), divulgados nesta quarta-feira (31) pelo ministro Luiz Marinho demonstram que, em abril, o país gerou 180.005 postos de trabalho com carteira assinada, resultante de 1.865.279 admissões e 1.685.274 desligamentos no mês, tendo saldo positivo em 23 das 27 unidades da federação e nos cinco grandes grupos de atividade econômica. Com isso, o estoque recuperado de empregos formais alcançou a maior valor da série histórica, com 43.150.134 postos de trabalho.

No acumulado do ano o saldo foi de 705.709 postos de trabalho, sendo positivo em 24 das 27 Unidades da Federação e 4 dos 5 grandes grupamentos econômicos.

O maior crescimento do emprego formal ocorreu no setor de Serviços, que teve um saldo de 103.894 postos formais de trabalho, com destaque para o setor da Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais, que apresentou o maior saldo (+38.138). Em seguida veio o Comércio, com saldo positivo de 27.559 formais de trabalho e a **Construção Civil, que teve saldo positivo de 26.937 postos no mês**, com destaque para os setores de Construção de Edifícios, com saldo de 10.478 e o de Obras de Infraestrutura, com saldo de 9.785. A Indústria gerou saldo positivo de 18.713 postos formais de trabalho e a Agropecuária 2.902 postos de trabalho no mês.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF cassa reconhecimento de vínculo de emprego de advogada contratada como autônoma](#)

Supremo Tribunal Federal - 31/05/2023

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), cassou decisão da Justiça do Trabalho que havia reconhecido a relação de emprego de uma advogada contratada como autônoma por um escritório de advocacia. Segundo ele, não foi observada a jurisprudência do Supremo sobre o tema. Ao julgar procedente a Reclamação (RCL) 59836, ajuizada pelo escritório de advocacia, o relator lembrou que o STF reconheceu a licitude de outras formas de organização da produção e de pactuação da força de trabalho além do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

[Semana Nacional da Conciliação Trabalhista 2023 movimentou cerca de R\\$1,2 bilhão](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/06/2023

A 7ª edição da Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, realizada de 22 a 26 de maio, movimentou R\$ 1.193.595.980,47. Promovido anualmente em todo o país pela Justiça do Trabalho, o mutirão busca solucionar o maior número de processos de forma consensual.

[Rede de lojas é condenada por omissão em caso de assédio sexual](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/06/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame do recurso da Americanas S.A. contra a condenação ao pagamento de indenização por assédio se-

xual de uma auxiliar de loja de Belo Horizonte. Foi aplicado ao caso o [Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero](#) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

[Acordo extrajudicial apresentado mais de dois anos depois do desligamento é válido](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/06/2023

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho homologou um acordo extrajudicial entre a Fitch Ratings Brasil Ltda. e uma administradora celebrado mais de dois anos depois do fim do contrato de trabalho. Segundo o colegiado, a chamada prescrição bienal (prazo de dois anos para ajuizar a ação) afasta o direito de pedir, e não a dívida.

[Médico receberá integralmente por intervalo suprimido mesmo após Reforma Trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/06/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve decisão que condenou a União Brasileira de Educação e Assistência, de Porto Alegre (RS), a pagar a um médico o valor integral do intervalo intrajornada e sua repercussão nas demais verbas, mesmo após a vigência da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), que restringiu o pagamento ao período suprimido e atribuiu natureza indenizatória à parcela. Para o colegiado, as alterações legislativas só podem alcançar contratos de trabalho firmados após a sua entrada em vigor.

[Novacap não pode calcular horas extras com divisor 220 para jornada de 40 horas semanais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 31/05/2023

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), de Brasília (DF), a pagar a um empregado diferenças de horas extras. A empresa aplicava, no cálculo do salário-hora para jornada de 40 horas, norma coletiva que definia o divisor 220, usado para jornadas de 44 horas. Essa forma de cálculo resulta em remuneração da hora extraordinária que não atendia à regra constitucional de, no mínimo, 50% a mais do que a hora normal.

[Adolescente que teve mão decepada por serra elétrica deverá ser indenizado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 31/05/2023

A Fábrica de Esquadrias Lider Ltda., microempresa do Espírito Santo, deverá pagar indenização por danos morais e estéticos em razão de acidente de trabalho em que um jovem de 17 anos teve os dedos da mão direita decepados. A decisão, do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES), foi mantida pela Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que rejeitou o exame do recurso da empresa.

[Universidade é condenada por dificultar contratação de pessoas com deficiência](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 31/05/2023

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Universidade de Santo Amaro - Unisa (Obras Sociais e Educacionais de Luz), de São Paulo (SP), a pagar indenização por danos morais coletivos por não cumprir a cota destinada à contratação de pessoas com deficiência ou reabilitadas pelo INSS. Também deu prazo para o cumprimento do percentual previsto em lei, sob pena de pagamento de multa diária. Para o colegiado, a instituição não fez todos os esforços para preencher as vagas e adotou tratamento discriminatório no processo seletivo, dificultando a contratação de pessoas nessa condição.

[Sindicato não será beneficiário de indenização por dano moral coletivo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/05/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame de recurso do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância no Estado de Alagoas (Sindivigilantes), que pretendia ser o beneficiário direto do valor da indenização por dano moral coletivo fixada para uma empresa do setor. Segundo o colegiado, o montante deve ser revertido a um fundo especial com destinação social - no caso, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

[Justiça do Trabalho promove esta semana mutirão de julgamentos sobre trabalho infantil e aprendizagem](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/05/2023

Como medida concreta para marcar o Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil de 2023 (12 de junho), a Justiça do Trabalho promove, esta semana, um mutirão para julgamento de processos que tenham como tema o trabalho infantil e a aprendizagem profissional. A pauta temática é uma das ações desenvolvidas em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT) durante todo o mês de junho.

Notícias do Executivo

[MTE assina Protocolo de Intenções sobre Cooperação em Temas Laborais com Alemanha](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 02/06/2023

ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participa nesta segunda-feira (05), no Palácio do Itamaraty, em Brasília, da assinatura de Declaração de Intenções sobre Cooperação em Temas Laborais entre o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil e o Ministério Federal de Trabalho e Assuntos Sociais da Alemanha. A parceria estratégica tem como base sólidos laços históricos, culturais, humanos e econômicos, visto que inúmeras unidades subsidiárias de empresas alemãs, bem como seus respectivos e extensos parques de fornecedores diretos e indiretos, presentes no Brasil.

[Previdência testa projeto para reduzir as perícias canceladas por não comparecimento do segurado](#)

Ministério da Previdência Social - 02/06/2023

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, lançou, nesta sexta-feira (2), na unidade da Central 135 em Caruaru (PE), o projeto piloto que pretende reduzir a quantidade de perícias canceladas pelo não comparecimento dos segurados na data agendada. Os operadores da central farão contato ativo junto aos beneficiários, para confirmar a presença no dia do atendimento ou já remarcar a data da perícia (no caso de impossibilidade). Se bem sucedida, a medida será ampliada e poderá ajudar a diminuir a fila de espera por perícia médica em todo o país. O ganho potencial estimado é de até 20% sobre o total de perícias agendadas.

[Conferência Livre Nacional aprova 12 propostas voltadas para saúde do trabalhador e da trabalhadora](#)

Fundacentro - 30/05/2023

Quais caminhos precisam ser trilhados para o fortalecimento da Saúde do Trabalhador no Brasil? A Conferência Livre Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora trouxe reflexões para responder essa questão. Com o tema “Trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, nós existimos e somos valiosos. Viva o SUS!”, o evento reuniu 555 participantes, 438 virtualmente e 117 presencialmente. Doze propostas foram aprovadas e serão levadas para a 17ª Conferência Nacional de Saúde, que será realizada de 2 a 5 de julho de 2023.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT convoca para audiência pública municípios de PE considerados silenciosos pelo Ministério da Saúde](#)

Ministério Público do Trabalho - 31/05/2023

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE) reuniu, na tarde de da última terça-feira (30), representantes de municípios do estado considerados “silenciosos” em relação às informações relativas a acidentes e adoecimentos do trabalho. Foram convocados, representantes dos municípios de Ribeirão, São José da Coroa Grande, Toritama, Riacho das Almas, Santa Maria do Cambucá, Buenos Aires, Itambé, Mirandiba, Calumbi, Santa Filomena, Angelim, Itaíba, São Bendito do Sul, Belém de Maria, Caetés, Canhotinho, Jupi, Belém de São Francisco, Ibimirim, Itacuruba e Abreu e Lima.

[Audiência pública debate proteção de trabalhadoras gestantes e lactantes](#)

Ministério Público do Trabalho - 24/05/2023

As ações implementadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) para a proteção das trabalhadoras gestantes e lactantes foram apresentadas pelo procurador do Trabalho Leonardo Osório Mendonça durante audiência pública realizada na quarta-feira (31.5) na Câmara dos Deputados. Coordenador do Grupo de Trabalho (GT) de Gestantes do MPT, o procurador ressaltou que, além de campanhas de divulgação de direitos, a instituição se articula com órgãos governamentais, entidades de classe e representantes da sociedade para ouvir e definir as ações que serão desenvolvidas.

[MPT defende no Senado aprovação de PL que prevê igualdade salarial entre homens e mulheres](#)

Ministério Público do Trabalho - 29/05/2023

Em audiência pública realizada na manhã desta segunda-feira (29), no Senado Federal, o Ministério Público do Trabalho (MPT) defendeu a aprovação do Projeto de Lei 1.085/2023, que garante a igualdade salarial e remuneratória entre homens e mulheres. O debate ocorreu na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e foi solicitado pelo senador Paulo Paim (PT/RS). A instituição foi representada pela procuradora do Trabalho Carolina Mercante, que destacou que a proposta representa um simbolismo histórico. “Temos um longo caminho rumo à equidade de gênero nas relações de trabalho. O que queremos é a equidade, igualdade de oportunidades”, afirmou.

[Audiência pública em Belém discute formas de inclusão de pessoas presas e egressas no mercado de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 29/05/2023

O Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá (MPT PA-AP) realiza, nesta segunda-feira (29), às 9 horas, na sede da instituição em Belém, uma audiência pública para discutir as formas de inclusão de pessoas presas e egressas do sistema prisional no mercado de trabalho, de acordo com a Política Nacional de Trabalho do Preso - PNAT (2022). Foram convidados representantes de empresas do Pará e Amapá, além de secretarias Municipais e de Estado ligadas a setores como direitos humanos, assistência social, de atividades produtivas, entre outros. Empresas do setor da construção civil, serviços, mineração, entre outros, participam do evento. Iniciativa integrada ações do MPT PA-AP voltadas ao tema.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[PL 1.085-2023: Projeto da igualdade salarial entre mulheres e homens vai à sanção](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 02/06/2023

Seguiu para sanção presidencial, o Projeto de Lei nº 1.085-2023 que obriga a igualdade salarial entre mulheres e homens no trabalho, aprovado no Senado, neste 1º de junho. No entanto, o texto aprovado ainda determina que o governo federal regulamente a futura lei por meio de decreto. De acordo com o presidente do SINAIT, Bob Machado, garantir equiparação de direitos e salários entre trabalhadoras e trabalhadores faz parte da missão dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

[Auditor Rogério Silva Araújo é designado coordenador-Geral de Normatização e Registros do Departamento de SST da SIT](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 29/05/2023

O Auditor-Fiscal do Trabalho Rogério Silva Araújo foi designado coordenador-Geral de Normatização e Registros do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho. A definição saiu na Portaria nº 1.750/2023, publicada no Diário Oficial da União em 22 de maio de 2023.

[Igualdade salarial entre homens e mulheres - SINAIT destaca importância da fiscalização para dar efetividade à lei](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 29/05/2023

A Auditora-Fiscal do Trabalho Érika Medina representou o SINAIT na Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH), que debateu o PL 1085/23, que garante igualdade salarial entre homens e mulheres na mesma função, nesta segunda-feira, 29 de maio. O texto do PL, aprovado na Câmara, está no Senado para ser votado esta semana. A audiência faz parte dos debates em torno da criação do Estatuto do Trabalho e reuniu sindicalistas, pesquisadores, Auditora do Trabalho e representantes da classe empresarial. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que a maioria das mulheres no Brasil ganha 78% do que ganha um homem. Entre as pretas e pardas a diferença é muito maior.

Notícias do e-Social

[Fim do código de acesso: a partir de 12 de junho, será obrigatório o acesso do eSocial via gov.br nível ouro ou prata](#)

eSocial - 02/06/2023

O eSocial passará a ser acessado unicamente por meio do login via gov.br níveis ouro ou prata a partir de 12 de junho. O acesso via login único do gov.br traz camadas extras de segurança para os usuários do eSocial. A descontinuação do código de acesso vem sendo realizada em etapas, desde dezembro/22, como já noticiado anteriormente. A retirada definitiva ocorrerá no próximo dia 12. Assim, os usuários que ainda não possuem o login via gov.br níveis ouro ou prata devem providenciá-lo, uma vez que não mais conseguirão acessar o módulo web do eSocial, inclusive o doméstico.

[Limite de arquivos diários por empregador na Qualificação Cadastral em lote](#)

eSocial - 30/05/2023

No intuito de manter o nível operacional adequado do serviço, a Dataprev monitora o uso da ferramenta de Qualificação Cadastral periodicamente. Nesse sentido, considerando a necessidade de otimização da funcionalidade e do processamento das informações, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS decidiu que serão processados somente 3 arquivos enviados no dia pelo empregador. Ressaltamos que nos casos de empregadores que enviaram mais de 3 arquivos por dia a partir de 15/05/2023 terão retorno de processamento de somente 3 arquivos distintos por dia.

[Publicada Nota de Documentação Evolutiva NDE 01/2023 com os leiautes da versão S-1.2](#)

eSocial - 30/06/2023

Foi publicada a [Nota de Documentação Evolutiva \(NDE\) 01/2023](#), que traz os leiautes e os arquivos XSD da v. S-1.2, nos termos do art. 1º, III e art. 2º, II, da Resolução do Comitê Gestor do eSocial nº 15, de 12 de junho de 2018. A NDE dá publicidade aos leiautes da versão S-1.2 oficial de trabalho, que não sofrerão alterações até a data da sua implantação. A versão S-1.2 contempla os ajustes dos eventos remuneratórios para a substituição da DIRF pelo eSocial em relação aos rendimentos do trabalho. A versão S-1.2 será implantada em produção em 20/11/2023, com a produção restrita prevista para 18/09/2023.

Outras Notícias

[Expansão de mercado acende debate sobre natureza jurídica das milhas nos tribunais](#)

Consultor Jurídico - 03/06/2023

A jurisprudência consolidada, e ainda predominante, é a de que as milhas são inalienáveis, ou seja, não podem ser listadas como patrimônio a ser possivelmente utilizado para pagar dívidas. Os juízos entendem que os contratos são firmados entre as empresas e os consumidores e, nesses termos, constam proibições para vender ou repassar essas milhas — ou seja, não cabe ao Judiciário intervir nesse acordo firmado.

[Prêmios no contrato de trabalho: quem é desafiado, a empresa ou o colaborador?](#)

Consultor Jurídico - 02/06/2023

Pesquisas recentes demonstram que um dos fatores mais atrativos para os profissionais tem sido a flexibilidade. Não somente aquela restrita à prática do home office, mas principalmente no que diz respeito à remuneração, sendo cada vez mais relegados a segundo plano sistemas que têm como base o pagamento de valores fixos, dissociados da performance do profissional.

[TST anula dispensa de 5 empregadas por falta de participação do sindicato](#)

Consultor Jurídico - 01/06/2023

A dispensa coletiva ou em massa exige negociação prévia com a entidade sindical. Assim, a 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho invalidou a dispensa de todas as cinco empregadas de uma imobiliária, que ocorreu sem a participação do sindicato da categoria.

[Encerramento do contrato de trabalho de empregado aposentado por invalidez](#)

Consultor Jurídico - 31/05/2023

É possível encerrar o contrato de trabalho do empregado aposentado por invalidez? Para muitos não há dúvidas, a resposta seria “não”. Todavia, propõe-se aqui uma resposta alternativa: em alguns casos, sim!

[Acordo que reduz direitos só vale com autorização constitucional, diz TST](#)

Consultor Jurídico - 30/05/2023

A possibilidade de redução de direitos trabalhistas mediante negociação coletiva só existe nos casos em que há autorização expressa da Constituição, dos tratados e convenções internacionais ou de normas infraconstitucionais que assegurem o patamar mínimo civilizatório. Esse foi o entendimento adotado pela 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho para dar provimento a um recurso de revista por violação ao artigo 7º, XVI, da Constituição Federal, condenando uma empresa a pagar as diferenças de horas extras a um trabalhador.

[CLT precisa de ajustes pontuais para evoluir, diz Maria Cristina Peduzzi](#)

Consultor Jurídico - 29/05/2023

Ao longo de seus recém-completados 80 anos, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) cumpriu importante papel como instrumento disciplinador das relações profissionais no Brasil. Porém, mesmo com as atualizações feitas em 2017 pela reforma trabalhista, a lei carece de mais ajustes, a fim de flexibilizá-la quanto à dinâmica estabelecida pelas plataformas digitais.

[Trabalhadora com depressão grave é indenizada por dispensa discriminatória](#)

Consultor Jurídico - 29/05/2023

Com base na Súmula 443 do Tribunal Superior do Trabalho, segundo a qual se presume discriminatória a dispensa de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito, a 11ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) condenou uma empresa de telecomunicações a pagar indenização por danos morais a uma ex-empregada que teve quadro de depressão grave.

[Indicação de Cristiano Zanin ao STF é publicada no DOU](#)

Migalhas - 27/05/2023

Foi publicada em edição extra do DOU desta quinta-feira, 1º, a indicação de Cristiano Zanin ao STF. Em despacho, o presidente Lula encaminha ao Senado, para apreciação, o nome do advogado na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski. Pela manhã, o presidente já tinha adiantado o indicado, enfatizando que o “Brasil irá se orgulhar” de ter Zanin como ministro.

[STF pode julgar tabelamento de danos morais trabalhistas nesta quinta](#)

Migalhas - 29/05/2023

Presidente do STF, ministra Rosa Weber, incluiu na pauta de quinta-feira, 1º, processo que analisa a constitucionalidade do tabelamento de valores de danos morais trabalhistas. O julgamento será retomado com o voto-vista do ministro Nunes Marques. Os dispositivos impugnados, inseridos na CLT pela Reforma Trabalhista (lei 13.467/17), tratam da reparação do dano extrapatrimonial ou danos morais trabalhistas. Ao estabelecer os parâmetros das indenizações, o art. 223-G da CLT classifica as ofensas, com base na gravidade do dano causado, em leve (até três vezes o último salário), média (até cinco vezes), grave (até 20 vezes) ou gravíssima (até 50 vezes).

[Campanha nacional convoca a sociedade a lutar contra o trabalho infantil](#)

Organização Internacional do Trabalho - 01/06/2023

Com poesia de Bráulio Bessa e desenhos inspirados na arte do cordel, MPT, FNPETI, OIT, o Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego buscam conscientizar todo o país sobre essa grave violação dos direitos humanos, no mês de luta contra o trabalho infantil.

[Construção gerou mais de 20 mil empregos em abril, aponta Caged](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 31/05/2023

O setor da construção registrou saldo positivo com a criação de 26.937 novas vagas de emprego, conforme dados do novo Caged divulgados nesta quarta-feira (31) pelo Ministério do Trabalho. Esse é o quarto saldo positivo consecutivo no ano.

[CBIC disponibiliza Radar Convenções Coletivas de maio](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 29/05/2023

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) divulgou, nesta segunda-feira (29), o Radar Convenções Coletivas com informações das negociações referentes à data base de maio de 2023. O Radar utiliza como critério de análise as convenções coletivas firmadas pelos sindicatos associados à CBIC que estejam disponibilizadas no Sistema Mediador da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho ou no site da entidade empresarial e, ainda, que tenham como abrangência territorial a cidade sede da entidade.

[STF mantém demissão sem justa causa](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 29/05/2023

Na última sexta-feira (26), o Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou o julgamento e validou, por maioria, o decreto 2.100/96, atribuído pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que retirava o Brasil da Convenção 158 da Organização Mundial do Trabalho (OIT), que trata sobre o término da relação de trabalho por iniciativa do empregador. Os ministros encerraram a pauta que durou mais de 25 anos no Supremo. De acordo com a CBIC, o caminho do STF foi o mais adequado, de validar o Decreto Presidencial que denunciou a Convenção 158 da OIT. No mérito, o perfil da economia brasileira e a dinâmica das contratações, especialmente em um setor sazonal como o da construção, não permitiria a adoção das regras da Convenção 158 em sua integralidade.

Atos Normativos

[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 94, DE 28 DE ABRIL DE 2023](#) (DOU de 31/05/2023 Seção I Pág. 199) - Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Co-fins. Regime Não Cumulativo. Crédito. Insumo. Despesas. Viabilização De Mão De Obra. Convenção Ou Acordo Coletivo. Impossibilidade;

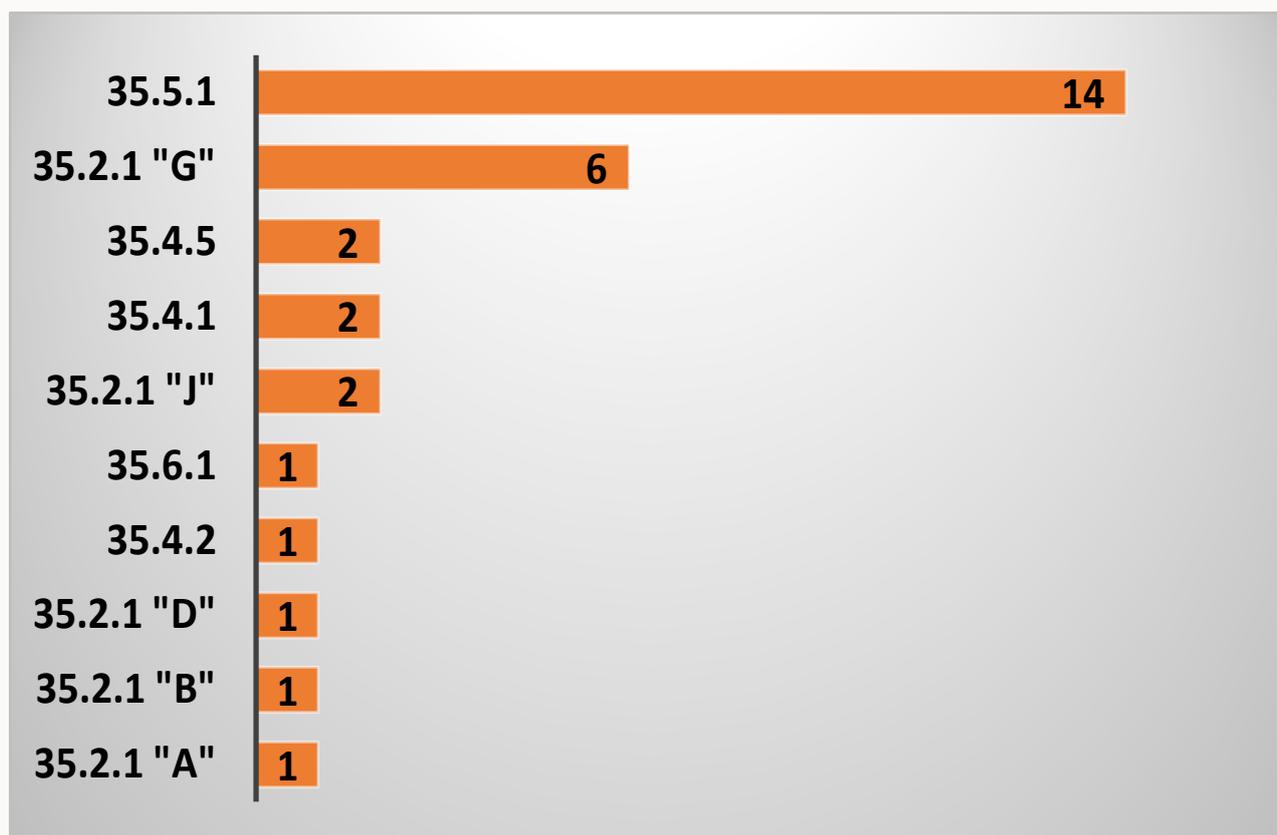
[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 104, DE 22 DE MAIO DE 2023](#) (DOU de 31/05/2023 Seção I Pág. 199) - Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias;

[PORTARIA MPS Nº 1.945, DE 30 DE MAIO DE 2023](#) (DOU de 01/06/2023 Seção I Pág. 53) - Fica estabelecida a inclusão dos campos de raça, cor e etnia nos formulários de cadastramento do Ministério da Previdência Social, cabendo às autarquias vinculadas a esta Pasta a regulamentação da matéria dentro da sua esfera de competência;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 148, DE 1º DE JUNHO DE 2023](#) (DOU de 02/06/2023 Seção I Pág. 247) - Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro 2022, que estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de crédito consignado contraídos nos benefícios pagos pelo INSS.

Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Embargo” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2023 (jan/fev):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE

Embargo: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades dos canteiros de obra da Indústria da Construção por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego. Os atos fiscais do MTE são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

35.5.1 É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura. (NR).

35.2.1 Cabe ao empregador:

g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

35.4.5 Todo trabalho em altura deve ser precedido de Análise de Risco

35.4.1 Todo trabalho em altura deve ser planejado, organizado e executado por trabalhador capacitado e autorizado.

35.2.1 Cabe ao empregador:

j) assegurar que todo trabalho em altura seja realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela análise de riscos de acordo com as peculiaridades da atividade;

35.6.1 O empregador deve disponibilizar equipe para respostas em caso de emergências para trabalho em altura.

35.4.2 No planejamento do trabalho devem ser adotadas, de acordo com a seguinte hierarquia:

35.2.1 Cabe ao empregador:

d) assegurar a realização de avaliação prévia das condições no local do trabalho em altura, pelo estudo, planejamento e implementação das ações e das medidas complementares de segurança aplicáveis;

35.2.1 Cabe ao empregador:

b) assegurar a realização da Análise de Risco - AR e, quando aplicável, a emissão da Permissão de Trabalho - PT;

35.2.1 Cabe ao empregador:

a) garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas nesta Norma;

OBS.: Informamos que as codificações utilizadas pelo Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE, nem sempre consideram as versões atuais das Normas Regulamentadoras, podendo indicar itens contidos em versões anteriores das normas de segurança e saúde no trabalho.

EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula